

A INCLUSÃO DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES NO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: O CASO DA E. M. FREI GASPAR, EM VARGEM GRANDE - RJ

LT 245

Esther Ribeiro Costa Xavier [1], Aline Ourique Toledo [2], Beatriz Cruz Amback [3], Giselle Arteiro Nielsen de Azevedo [4], Andrea Queiroz Rego [5], Aline Pires Veról [6]

Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro

[1] Mestrado (em andamento); esther.costa@fau.ufrj.br.

[2] Mestrado (em andamento); aline.toledo@fau.ufrj.br.

[3] Mestrado (em andamento); beatriz.amback@fau.ufrj.br.

[4] Doutorado (docentes permanentes); gisellearteiro@fau.ufrj.br.

[5] Doutorado (docentes permanentes); andrea.queiroz@fau.ufrj.br.

[6] Doutorado (docentes permanentes); alineverol@fau.ufrj.br.

Palavras-chave: Planejamento Participativo; Território Educativo; Mapeamento Afetivo; Vulnerabilidade Socioambiental.

A aprovação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) representou um marco na democratização do planejamento urbano no país, a partir da introdução de um modelo de planejamento participativo que estabelece a efetiva inclusão da população nos processos de decisão política. No entanto, apesar desse importante avanço em relação à representatividade popular, os incômodos e anseios de crianças e adolescentes não são mencionados na legislação, mesmo após a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), que estabelece uma posição de protagonismo desse público com relação a políticas urbanas, tendo em vista que elas já ocupam os espaços da cidade e são sujeitos de direito.

Para tal, se faz necessário o desenvolvimento de métodos que permitam que planejadores urbanos possam registrar, compreender e interpretar suas percepções, visto que abordagens convencionais, como audiências e consultas públicas, são incompatíveis com especificidades de faixas etárias mais baixas. Assim, toma-se como referência os depoimentos de estudantes do 1º ao 9º ano da rede pública de ensino do Rio de Janeiro a respeito do seu território educativo, ou seja, as percepções e desejos sobre seu trajeto casa-escola, com base em um trabalho prévio realizado em parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - denominado Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos do Rio de Janeiro (AZEVEDO et al, 2020).

O artigo tem como objetivo investigar se os desejos e as percepções dos estudantes, relacionados com indicadores socioambientais, estão contemplados em um documento de planejamento urbano participativo. O estudo de caso selecionado é a Escola Municipal Frei Gaspar, no Bairro de Vargem Grande, município do Rio de Janeiro (Figura 1), devido às fragilidades socioambientais do território (MIGUEZ et al, 2019) e das ações populares na região de resistência à implementação de leis que excluem a comunidade (NEPLAC, 2017).

Para tanto, utiliza-se o método analítico comparativo, dividido em três etapas: (1) Identificar os perfis dos estudantes participantes; (2) Sistematizar os desejos e as percepções dos estudantes, comparando-os com a Articulação Plano Popular das Vargens (APP Vargens); (3) Comparar o ponto de vista dos estudantes com indicadores socioambientais. Os produtos elaborados envolvem nuvens de palavras e mapas temáticos e, ao final, foi organizado um mapa síntese que reforça as principais denúncias e desejos dos estudantes em sobreposição com os indicadores, a fim de comprovar graficamente a legitimidade do diagnóstico do público mais jovem (Figura 2).

Apesar da participação popular estar prevista na legislação brasileira, nota-se que, na prática, o planejamento da cidade muitas vezes é desacompanhado de uma participação efetiva da população. Ressalta-se a importância do Mapeamento Afetivo como um importante meio de inclusão de um público mais jovem nos processos de planejamento urbano. Como resultado, se aponta a metodologia empregada no presente trabalho como uma importante ferramenta para sistematização e interpretação das percepções e desejos das crianças e dos adolescentes de determinado território. Muitos relatos trazem questões que só podem ser enxergadas na escala do cotidiano, sendo possível entender quais elementos presentes na cidade geram transtornos e quais não cumprem as suas funções.

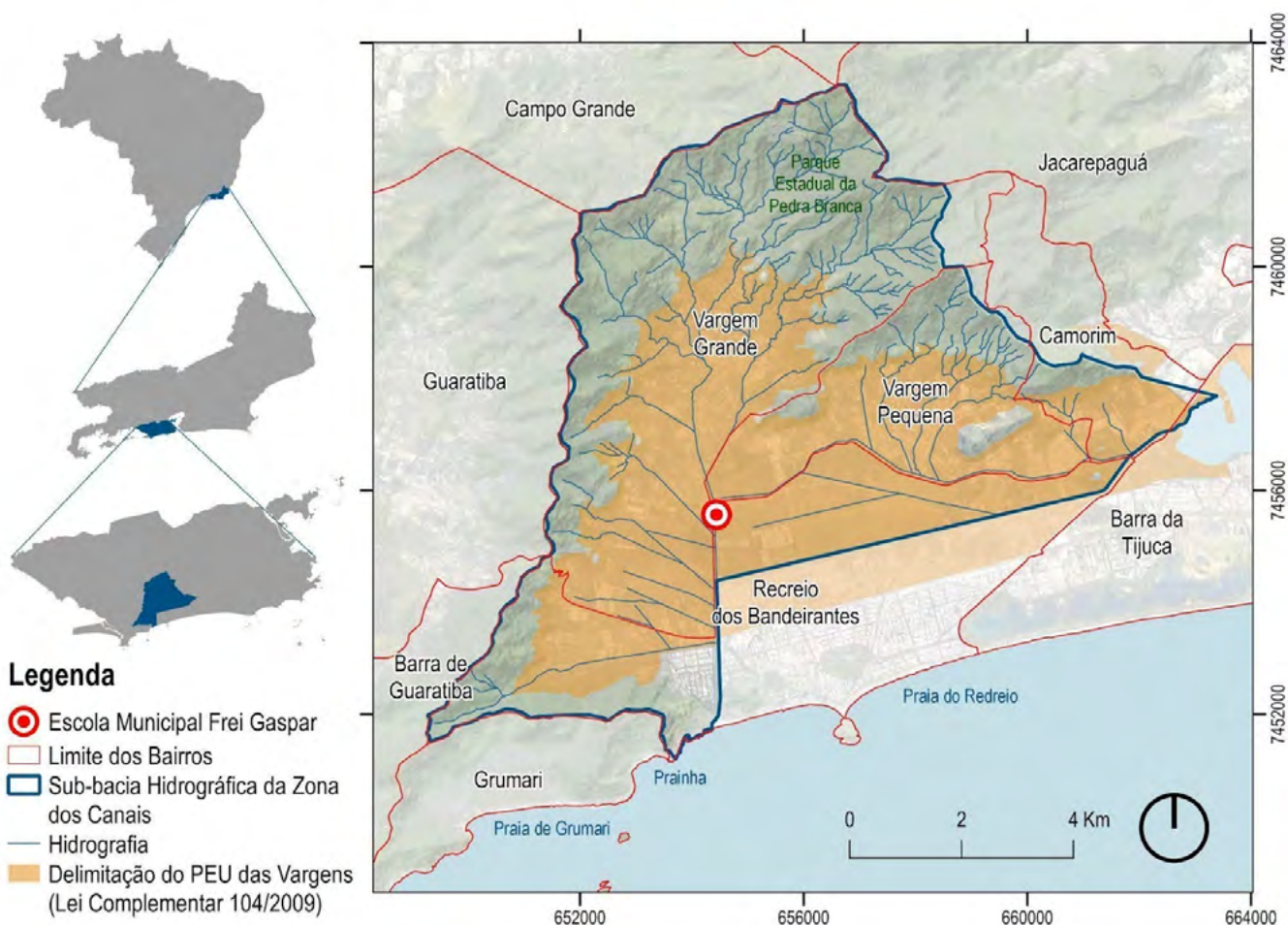


Figura 1: Localização da E.M. Frei Gaspar na Bacia Hidrográfica Zona dos Canais. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

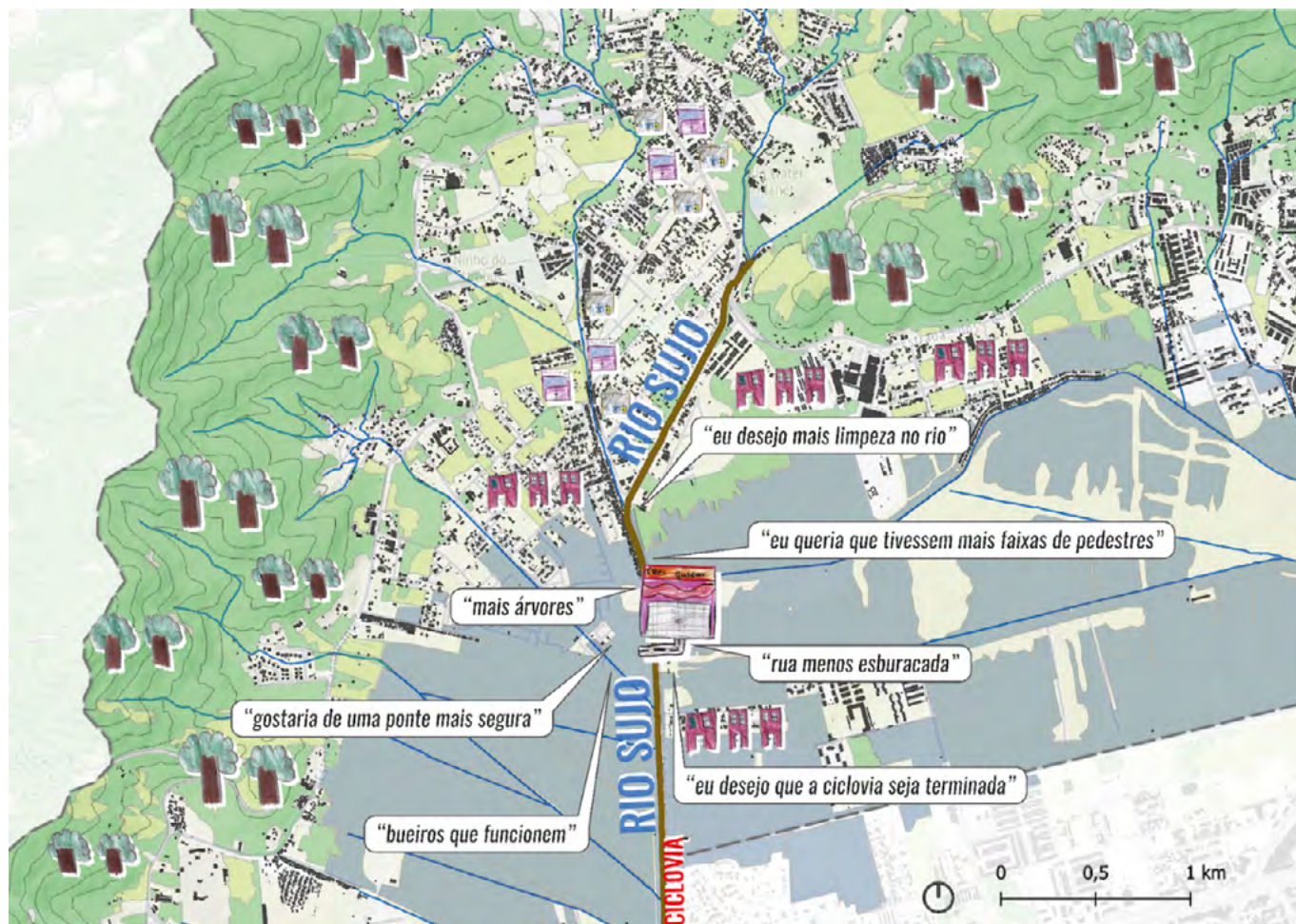


Figura 2: Mapa síntese. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, G.; TANGARI, V.; LAMOUNIER, A.; BURLA, F.; et al. **Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos**: crianças e jovens pensando no futuro da cidade do Rio de Janeiro. Relatório Técnico. PROARQ/UFRJ e PCRJ: 2020.

BRASIL. **Lei Nº 10.257**, de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

MIGUEZ, M.G., VERÓL, A.P., BATTEMARCO, B.P., YAMAMOTO, L.M.T., DE BRITO, F.A., FERNANDEZ, F.F., MERLO, M.L., and REGO, A, Q. **A framework to support the urbanization process on lowland coastal areas**: Exploring the case of Vargem Grande – Rio de Janeiro, Brazil. Journal of Cleaner Production 231, 1281–1293, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.05.187>

NÚCLEO EXPERIMENTAL DE PLANEJAMENTO CONFLITUAL (NEPLAC). **Articulação do Plano Popular das Vargens (APPV)**. Rio de Janeiro: ETERN/IPPUR/UFRJ; Ford Foundation, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**, 1990. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 24 mai. 2022.